



IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



MULHERES EM CÁRCERE E AS DROGAS: UMA PESQUISA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Luci Mara Bertoni¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Renata Tereza Brandão Meireles²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Realizar uma pesquisa sobre o estado da arte que visa compreender como se deu o processo de inserção das mulheres no sistema prisional, e qual a situação das mulheres em cárcere relacionando com drogas em publicações acadêmicas no Brasil, são os objetivos deste trabalho que está em andamento. Para tanto, identificar as publicações oficiais e acadêmicas que abordem tais temáticas são imprescindíveis para uma compreensão mais ampla da realidade social. Nesse sentido, destacamos dois relatórios em nível nacional: o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres (2014) e o INFOPEN (2017), documentos que apresentam dados salutares, embora incompletos. Entendemos que não temos um único conceito de ser mulher ou ser homem. Assim sendo, precisamos compreender as diferentes nuances no que é ser homem e mulher a depender da sociedade em lócus, pois vários aspectos deveriam ser considerados, inclusive, a identidade de gênero. No entanto, falaremos de mulheres encarceradas, pois é dessa forma binária que os organismos se referem em seus relatórios oficiais e nas políticas públicas. Diante disso, convém considerarmos que a desigualdade entre homens e mulheres ainda permanece, apesar dos esforços dos movimentos feministas. Desse modo, faz-se necessário aprofundarmos as discussões sobre a inserção das mulheres no tráfico de drogas e, conseqüentemente, seu encarceramento à luz dos estudos de gênero.

Palavras-chave: Cárcere. Drogas. Gênero.

Introdução

Ainda hoje se faz necessário destacar a história das mulheres da sociedade. Isso porque existe uma história oficial que é relatada por homens. Observamos, nesse sentido, que a participação feminina, quando apresentada, é minimizada. Na esteira dessa discussão, notamos que, quando se trata das questões das mulheres no sistema prisional, os dados oficiais e as pesquisas ainda são de pouca visibilidade. Até o ano de 2015, por exemplo, a situação das mulheres encarceradas no Brasil era uma grande interrogação. O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres – com sua primeira edição no ano de 2014 e sua segunda edição, em 2018, apresentaram os dados até o ano de 2017, pesquisas importantes em nível nacional, mas ainda incompletas sobre a situação das

¹ Doutora em Educação Escolar (UNESP); Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-Brasil; Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Política, Álcool e Drogas; E-mail: profaluci@uesb.edu.br.

² Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB); Doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-Brasil; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Política, Álcool e Drogas; E-mail: renatbmeireles@hotmail.com



IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



mulheres presas no país. Ressaltamos, no entanto, que, mesmo insuficientes, os dados retratam um cenário preocupante, pois o aumento acelerado desta população carcerária explícita, também, como a desigualdade econômica e de gênero afeta as mulheres na sociedade brasileira, e como não estamos garantindo às mulheres o acesso às condições de uma vida digna.

Entendemos que não temos um único conceito de ser mulher ou ser homem, pois vários aspectos devem ser considerados na construção social da identidade de gênero, não apenas as diferenças biológicas. Entretanto, falaremos de mulheres encarceradas, porque é dessa forma binária que os organismos se referem em seus relatórios oficiais e nas políticas públicas.

A ausência de registros oficiais que quantifiquem e tracem um perfil das mulheres em cárcere demonstram a pouca ou nenhuma importância das questões de gênero em termos de políticas públicas para este grupo específico e singular. Constatamos, nessa direção, que, especificamente, são as jovens mulheres negras que estão sujeitas aos subemprego e desemprego, e são a maior parte das encarceradas.

A população carcerária feminina brasileira tem crescido de forma exponencial. Isso se justifica tendo em vista que somos o quarto país do mundo que mais encarcera mulheres. Além disso, esses números estão ligados diretamente ao uso e ao tráfico de drogas. No ano de 2014, por exemplo, quase setenta por cento das mulheres em situação de cárcere foram resultados de crimes relacionados às drogas. Em 2017, essa porcentagem se manteve, o que significa que não existe uma política de redução do cárcere, bem como não existe uma política específica para ofertar, de fato, um espaço digno a essas mulheres para cumprirem suas penas ou aguardarem os julgamentos.

Objetivos

Analisar como os documentos oficiais apresentam essa relação entre gênero e drogas, e como tem sido o processo de inserção das mulheres como detentas nos presídios brasileiros.

Metodologia

A realização de uma pesquisa exploratória é condição *sine qua non* para o início do processo de investigação em se tratando da pesquisa acadêmica, sobretudo, ao aprofundar os estudos de forma reflexiva. Esta pesquisa tem o caráter de delinear o estado da arte sobre o



IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



tema que, consoante Ferreira (2002, p. 258), é “o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares”.

Esta é uma pesquisa em andamento e, com relação aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como bibliográfica. A pesquisa do estado da arte, de acordo com Ferreira (2002, p. 265), passa por momentos distintos. O primeiro deles é “[...] aquele em que ele interage com a produção acadêmica através da quantificação e de identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção”.

Realizar uma pesquisa sobre a relação das mulheres em cárcere com a questão das drogas, e com um olhar na perspectiva de gênero é de grande relevância, não apenas por se tratar de um grupo estigmatizado e invisibilizado, mas também pelo seu caráter político, conforme a assertiva de Louro (1997, p. 18): “Coloca-se aqui, no meu entender, uma das mais significativas marcas dos Estudos Feministas: seu caráter político”.

Não delimitamos um recorte temporal porque não temos a intenção de cercar nenhuma produção, visto que consideramos todos os estudos que versam sobre mulheres em cárcere e drogas como relevantes para a esta investigação. No segundo momento da pesquisa, ainda de acordo com Ferreira (2002, p. 265), “é aquele em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si”. Pensando nesta etapa da pesquisa, estamos catalogando os artigos encontrados e consideraremos três categorias de análise: conceituação, caracterização e finalidade. Como a presente pesquisa está sendo desenvolvida pelas autoras, apresentamos resultados parciais, ainda em construção.

Referencial teórico

Antes dos presídios no formato que conhecemos atualmente, mulheres e homens sofriam castigos físicos para educar o espírito e em espetáculos públicos. O intuito era servir de exemplo para as comunidades, pois não se tinha o entendimento da privação de liberdade como a própria punição. De acordo com Artur (2017, p 20), “nas prisões era possível encontrar uma reduzida quantidade de indivíduos encarcerados por um curto período de tempo. Estes, via de regra, estavam presos por dívidas ou aguardando julgamento. A prisão, o ato de aprisionar, não correspondia à punição em si”. Com a organização e transformação da sociedade, uma mudança na forma de punir aqueles que cometiam crimes foi se realizando.



IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



No Brasil, antes de 1940, não havia a separação entre homens e mulheres que eram detidos. Estes sujeitos permaneciam em celas ou lugares juntos e, por vezes, separados, a depender dos responsáveis. Além disso, não havia uma regulamentação oficial de separação entre os sexos dentre os que deveriam ser privados de liberdade. No 2º parágrafo, do Art. 29, do Código Penal de 1940, determinou-se que as mulheres cumprissem pena em locais especiais. Foi nos anos seguintes à nova lei que foram criados dois espaços com esse fim específico: o “presídio de Mulheres”, em São Paulo, e a Penitenciária Feminina, no Rio de Janeiro, ambas sob a supervisão das freiras da Congregação Bom Pastor D’Angers. Fato que nos chama atenção é que as mulheres ficavam a cargo das religiosas, o que pode indicar que a penalidade a ser aplicada às mulheres possuíam um objetivo moral e doméstico.

A ausência ou os poucos dados disponíveis sobre as mulheres encarceradas é um forte indicador da posição de subalternidade que as mulheres ainda ocupam na sociedade brasileira. Para Galinkin e Bertoni (2014, p. 22), “é importante considerar que, embora os avanços sejam notáveis, elas [as mulheres] ainda continuam sendo marginalizadas por uma ciência androcêntrica e uma história tradicionalmente referenciada aos homens”. Essa forma de abordar o tema é também mantida quando se trata de pensar as mulheres encarceradas, sobretudo quando notamos que poucos são os espaços físicos construídos com essa finalidade. Em sua grande maioria, são realizadas adaptações nos presídios conhecidos como misto, e na Bahia, especificamente, apenas um presídio atende, exclusivamente o público feminino.

Discussão e Resultados

Como dissemos, o encarceramento como medida punitiva é recente no Brasil. Os suplícios, açoites, marcas no rosto e as punições eram verdadeiros espetáculos que perduraram durante muito tempo. Nesse período, o intuito não seria regenerar, recuperar ou ressocializar o indivíduo. As cenas do negro preso no pelourinho foram e ainda são veiculadas nos livros didáticos. Com o passar do tempo, com a revolução industrial, a influência dos iluministas, os movimentos de luta por direitos humanos e feministas, houve uma mudança na perspectiva jurídica de tratamento aos criminosos e criminosas.

Desde a instituição de espaços específicos para mulheres em 1942, em São Paulo, houve esforços em investigar estes espaços, as condições que essas mulheres vivem, o perfil socioeconômico, e possíveis intervenções que não sejam apenas assistencialistas. Assim, podemos perceber que, embora o Brasil tenha uma das maiores populações de mulheres



IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



encarceradas do mundo, o próprio INFOPEN (2017) destaca essa incompletude nos dados ao afirmar que:

[...] em carceragens de delegacias ou outros órgãos destinados à custódia de pessoas, que sejam administrados por órgãos do sistema de segurança pública estadual, cabe destacar a ausência de informações com recorte de gênero sobre essa população para a maior parte dos estados brasileiros. Os dados repassados pelos órgãos estaduais à Secretaria Nacional de Segurança Pública apresentam importantes lacunas de preenchimento, especialmente no tocante à discriminação por gênero das pessoas privadas de liberdade e, assim, foram tratados e analisados a partir de suas limitações, a serem pontuadas ao longo do relatório (INFOPEN, 2017, p. 9).

Não podemos entender essas lacunas explícitas neste último relatório sem uma intencionalidade governamental para silenciar essa população. A dificuldade em encontrar os registros dessas mulheres limitam as pesquisas acadêmicas e a elaboração de políticas públicas de drogas com recorte de gênero. Isso porque “3 em cada 5 mulheres que se encontram no sistema prisional respondem por crimes ligados ao tráfico” (INFOPEN, 2017, p. 53), e a relação gênero e drogas precisa ser aprofundada a fim de compreendermos tal fenômeno.

Conclusões

A presença das mulheres ao longo da história oficial das diferentes sociedades foi apresentada em uma dicotomia: homens nos espaços públicos, no governo, nas grandes guerras, na ciência, exercendo funções de poder e visibilidade, enquanto a mulher estava restrita aos espaços privados, ao cuidado da família, à maternidade. Quando as mulheres exercem atividades laborais fora de casa, tais atividades são vistas como uma ajuda financeira, mesmo que as mulheres em diversas classes sociais sejam as provedoras. Desse modo, faz-se necessário que pesquisas em diferentes âmbitos sejam realizadas e publicadas levando em consideração os aspectos de gênero. Ao tratarmos de mulheres em cárcere a situação não é diferente: estas ainda são invisíveis.

Entre os anos de 2000 e 2016, o número de mulheres encarceradas cresceu 525%. Esse é um número estimado considerando que os dados disponibilizados nos INFOPEN 2014 e INFOPEN 2017 ainda estão incompletos. Isso significa que o número total de mulheres privadas de liberdade é ainda maior. Tais números são, na verdade, mulheres que estão se inserido no tráfico de drogas por diferentes motivos, mas a desigualdade nas oportunidades de emprego pode contribuir para esse crescimento. Assim, precisamos analisar como as políticas



IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



de guerra às drogas estão propondo ainda mais o encarceramento de pessoas, ao invés de ressocializar e integrar à sociedade. No mesmo sentido, cabe investigar como tem sido este engajamento das mulheres no tráfico de drogas e se são, de fato, estes os motivos de seu encarceramento.

Referências

ARTUR, Ângela Teixeira. **Práticas do encarceramento feminino**: presas, presídios e freiras. Tese de doutorado apresentada a Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 24 abril. 2019.

GALINKIN, Ana Lúcia; BERTONI, Luci Mara. **Gênero e educação**: um caminho para a igualdade. Em Aberto, Brasília, DF, v. 27, n. 92, p. 21-42, 2014. Disponível em <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2439> Acesso em: 05 out. 2019.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN MULHERES**. Thadara Santos (Org.). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2014.

_____. 2ª edição. Thadara Santos (Org.). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.